

**TERRITÓRIO (DES)CONHECIDO NAS ÁGUAS DO RIO JARI:
Os efeitos da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari na
comunidade tradicional do Iratapuru/AP**

**TERRITORY (DES) KNOWN IN JARI RIVER WATERS:
The effects of Santo Antônio do Jari's Hydroelectric Power Plant in the traditional
community of Iratapuru/AP**

**TERRITORIO (DES) CONOCIDO EN LAS AGUAS DEL RÍO JARI:
Los efectos de la Usina Hidrelétrica de San Antonio del Jari en la comunidad
tradicional del Iratapuru/AP**

Karoline Fernandes Siqueira Campos

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, em colaboração técnica com o IFPB – Campus Princesa Isabel.
karoline.siqueira@ifap.edu.br

Marcelo Rodrigues Mendonça

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Presidente Prudente. Professor Associado dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão/IESA/UFG.
ufgmendonca@gmail.com

Vinícius Batista Campos

Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, em colaboração técnica com o IFPB – Campus Princesa Isabel.
vinicius.campos@ifap.edu.br

Recebido para avaliação em 17/06/2017; Aceito para publicação em 11/11/2017.

RESUMO

Em tempos em que muitos projetos hidrelétricos são construídos na Amazônia, torna-se necessária a realização de pesquisas que busquem compreender os efeitos da implantação dos novos territórios em comunidades tradicionais atingidas. Neste sentido, o presente trabalho objetiva compreender o território (des)conhecido da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru (RDSI) no Sul do Amapá, introduzido com a implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio do Jari, na percepção dos moradores sobre o espaço vivido, as territorialidades, as relações afetivas e simbólicas do e no território, a (re)organização cultural e a (re)construção identitária. Para a realização deste estudo, foram levantadas informações bibliográficas e documentais sobre território, comunidade tradicional, espaço social, cenário energético no Amapá e os Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) do Empreendimento. Na fase exploratória, realizou-se a etapa de observação para reconhecimento da comunidade, diagnosticando as relações que mantinham com o rio e a natureza; os saberes tradicionais e culturais; a simbologia e afetividade do espaço habitado e o perfil dos moradores, permitindo assim a delimitação do objeto e sujeitos da etapa de entrevistas e elaboração dos mapas falados. Os resultados apontaram que a (re)criação territorial da nova vila, concedida como medida compensatória aos moradores que tiveram suas casas inundadas

| Karoline Fernandes Siqueira Campos | Marcelo Rodrigues Mendonça | Vinícius Batista Campos |

às margens do rio Jari, pouco se assemelhou com a realidade vivenciada pela comunidade, obrigando-os a (re)organizar seus espaços e readequarem as novas dinâmicas de um território (des)conhecido.

Palavras-chave: Grandes Projetos; Amazônia Oriental; Efeitos Socioespaciais; Povos da Floresta.

ABSTRACT

In times when many hydroelectric projects are built in the Amazon, it is necessary to carry out research that seeks to understand the effects of the implantation of the new territories in affected traditional communities. In this sense, the present work aims at understanding the territory (dis) known from the Iratapuru Sustainable Development Reserve (ISDN) in southern Amapá, introduced with the implementation of the Santo Antônio do Jari Hydroelectric Plant (HPP), in the perception of the inhabitants about The territoriality, the affective and symbolic relations of the and in the territory, the cultural (re) organization and the (re) construction of identity. For the accomplishment of this study, bibliographical and documentary information about territory, traditional community, social space, energy scenario in Amapá and the Studies and Reports of Environmental Impacts (EIA/RIMA) of the Enterprise were collected. In the exploratory phase, the observation stage was carried out to recognize the community, diagnosing the relationships they had with the river and nature; Traditional and cultural knowledge; The symbology and affectivity of the inhabited space and the profile of the residents, thus allowing the delimitation of the object and subjects of the stage of interviews and elaboration of the spoken maps. The results showed that the (re) territorial creation of the new village, granted as a compensatory measure to the residents who had their houses flooded on the banks of the river Jari, did not resemble the reality experienced by the community, forcing them to (re) organize their Spaces and re-adapt the new dynamics of a (un) known territory.

Keywords: Great Projects; Eastern Amazonia; Socio-spatial Effects; Forest People.

RESUMEN

En tiempos en que muchos proyectos hidroeléctricos se construyen en la Amazonia, se hace necesario la realización de investigaciones que busquen comprender los efectos de la implantación de los nuevos territorios en comunidades tradicionales afectadas. En este sentido, el presente trabajo tiene como objetivo comprender el territorio (des) conocido de la Reserva de Desarrollo Sostenible del Iratapuru (RDSI) en el sur de Amapá, introducido con la implantación de la Usina Hidroeléctrica (UHE) de Santo Antônio do Jari, en la percepción de los habitantes sobre El espacio vivido, las territorialidades, las relaciones afectivas y simbólicas del y en el territorio, la (re) organización cultural y la (re) construcción identitaria. Para la realización de este estudio, se levantaron informaciones bibliográficas y documentales sobre territorio, comunidad tradicional, espacio social, escenario energético en Amapá y los Estudios e Informes de Impactos Ambientales (EIA / RIMA) del Emprendimiento. En la fase exploratoria, se realizó la etapa de observación para el reconocimiento de la comunidad, diagnosticando las relaciones que mantenían con el río y la naturaleza; Los saberes tradicionales y culturales; La simbología y afectividad del espacio habitado y el perfil de los habitantes, permitiendo así la delimitación del objeto y sujetos de la etapa de entrevistas y elaboración de los mapas hablados. Los resultados apuntaron que la (re) creación territorial de la nueva villa, concedida como medida compensatoria a los habitantes que tuvieron sus casas inundadas a orillas del río Jari, poco se asemejó con la realidad vivida por la comunidad, obligándolos a (re) organizar sus Espacios y reajustar las nuevas dinámicas de un territorio (des) conocido.

Palabras clave: Grandes Proyectos; Amazonia Oriental; Efectos Socioespaciales; Pueblos del Bosque.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a questão energética tem sido objeto das políticas públicas governamentais e o processo da construção de Usinas Hidrelétricas vem sendo recorrentemente e de forma intensa, incentivadas e implementadas na região amazônica por conta da abundante riqueza dos recursos hídricos e suas obras são sustentadas no discurso do desenvolvimento e de integração nacional de lugares marginais e isolados geograficamente, que vivem sem perspectivas de crescimento econômico.

Esse movimento emergente da modernidade tecnológica, advinda da revolução industrial e das estratégias da globalização, tornaram os povos da floresta vulneráveis à metamorfose do espaço vivido pela ocupação desordenada dos empreendimentos hidrelétricos, que além de explorar os recursos naturais abundantes, controlam os meios materiais e imateriais, impondo-se como os dominadores e detentores dos arranjos produtivos, sociais e territoriais.

Nessa relação de empoderamento, os indivíduos são facilmente ludibriados e não percebem que os limites espaciais autorizados nas licenças ambientais para a implantação das Usinas Hidrelétricas são ultrapassados, gerando desordem na natureza, interferências nas comunidades afetadas e impactos que não foram previstos nos Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) e dessa forma (re)constróem os territórios invadidos sem respeitar as peculiaridades condizentes com a realidade intrínseca dos atingidos.

Este trabalho justificou-se nas lacunas científicas em empreender um tema sobre os lados antagônicos de um rio, que concebe a implantação de grande empreendimento idealizado e planejado e ao mesmo tempo, tem as suas margens personagens reais que constroem diariamente vínculos de pertencimento com o local, aonde mantém suas relações culturais, históricas, identitárias, com laços de afeto e simbolismo, valorizando a sabedoria tradicional e as territorialidades construídas.

Toda análise pretendida, atrelar-se ou aos pressupostos conceituais das categorias geográficas do espaço e território, fundamentadas no entendimento dos autores Haesbaert (2006); Raffestin (1993); Fernandes (2009); Lefebvre (2000); Santos (2006) e refutadas nos pensamentos acerca dos efeitos que grandes empreendimentos reproduzem na Amazônia, com Vainer e Araújo (1992); Trindade Junior (2014) e Bertha Becker (1990).

A metodologia adotada baseou-se no levantamento de informações em bibliografias, análise documental e pesquisa exploratória com etapas de observação diagnóstica, realização de entrevistas, registro fotográfico e mapa falado, obtendo como resultado a compreensão do complexo processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari – Amapá, entre o período de 2010 a 2016, em um espaço habitado e

experimentado pelas comunidades tradicionais, que a vida inteira tiveram as margens do rio Jari, como a sua casa.

ENTRE ESPAÇO, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DE UM GRANDE PROJETO HIDRELÉTRICO

Ao refletirmos sobre a energia como caráter estratégico para o alavancamento da economia do país, o progresso técnico e científico, a melhora da qualidade de vida das pessoas e a estimulação de novos hábitos sustentáveis e juntarmos ao potencial hídrico diagnosticado em estudos sistemáticos, pode destacar que as demandas da crise energética, foi, é e continuará sendo palco da instalação de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia Brasileira (SIQUEIRA CAMPOS, 2016).

Os Grandes Projetos Hidrelétricos foram planejados com base nas variáveis das exigências socioeconômicas e ambientais, e surgiram com a ideia de crescimento e progresso para as regiões envolvidas, gerando empregos, investimentos e projeções, mas ao longo da história e na exequibilidade, se revelou um processo de desestruturação das atividades preexistentes, crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social e responsável pela degradação ambiental (VAINER & ARAÚJO, 1992).

Vale ressaltar que, para a construção deste tipo de empreendimento, é necessária a elaboração de Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA), documentos que constituem um conjunto de atividades que incluem todos os impactos socioambientais e econômicos da área de implantação e entorno das Usinas Hidrelétricas, as medidas mitigadoras e compensatórias capazes de dirimir os efeitos e manter as dinâmicas originais sem interferências irreversíveis (FARIAS, 2004).

Nas últimas décadas e parametrizados nas produções científicas, afere-se que as divergências de interesses, entre capitalismo e os atingidos, impedem a exequibilidade do EIA e RIMA, provocando impactos como a expulsão de milhares de pessoas de suas casas, ignoram o espaço vivido e habitado, os fenômenos naturais, a força de trabalho, o território e os atores sociais (MARTINS, 1993).

Para Karpinski (2008), estas obras de grande envergadura com limites a priori, previstos no EIA e RIMA, não cumprem com as exigências legais e invadem o espaço físico, biológico e humano da região atingida com a propositura de efetivar o desenvolvimento, mas afligem e atingem os atores sociais. Muller (1996) corrobora com tal

| Karoline Fernandes Siqueira Campos | Marcelo Rodrigues Mendonça | Vinícius Batista Campos |

ideia e afirma, que o desenvolvimento e os efeitos socioambientais e econômicos não podem ser pensados separadamente, portanto tais impactos já são esperados.

Tais efeitos seguem lados antagônicos e são construídos às margens de um mesmo território, ficando de um lado os empreendedores capitalistas com as relações de poder e do outro os moradores, que precisam continuar com o exercício da vida, da identidade, dos símbolos e ações, da troca material e espiritual, da manifestação de pertencimento e afetividade (SANTOS, 2006).

Nesta conjuntura de percepções sobre o território, nota-se que os empreendimentos apropriam-se deste com a finalidade de gerar riquezas e para isso, arrancam abruptamente o espaço vivido e construído dos afetados, usurpando seus sentimentos, saberes, laços materiais, culturais, identitários e simbólicos do modo de vida (SIQUEIRA CAMPOS, 2016).

A dominação territorial tem como propósito controlar as grandes reservas de recursos naturais e explorá-las sem atribuir significação simbólica aos sujeitos sociais e as relações lá existentes (HAESBAERT, 2006). E assim, não levam em consideração as relações sociais, as ações, as paixões, os poderes, as forças, as fraquezas, isto é, a história do homem a partir de sua manifestação de existência.

Então o território não poder ser visto e tido como material, objeto de exploração ou ferramenta de geração de riquezas, pois é o espaço vital, espaço vivido, produzido e apropriado, com agentes e sujeitos sociais em processos distintos de organização territorial humana, tendo em muitos casos a territorialização, desterritorialização e reterritorialização, produzindo a todo instante novos e velhos territórios em diferentes escalas e dimensões (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006; FERNANDES, 2009; SAQUET, 2009).

Assim como os autores anteriores, Bertha Becker (1997) entende o espaço como um território de reprodução social, constituído pelas relações de classes vividas e evidenciadas através dos diversos fenômenos de organização e transformação sócio espacial, cujos interesses funcionais, políticos, econômicos e de poder, ligam-se a nacionalização e incorporação de terras, para preservar as fronteiras, as riquezas naturais, o sentimento de pertencimento e a territorialidade do tradicionalismo.

O espaço, o território e as territorialidades, tratados pelos diversos autores, são capazes de (re)construir ou (re)criar novas funcionalidades. De acordo Almeida (1996), a rápida e intensa implantação dos empreendimentos, implica na criação de novas formas de apropriação do espaço e conseqüentemente, forma novos territórios, prejudicando de forma factual as realidades das pessoas, segmentos, lugares históricos e interesses coletivos

em detrimento dos mais poderosos e dos arranjos da lucratividade capitalista que geram a desigualdade.

Na região amazônica, a ideia do chamado *des-envolvimento* possibilitou a construção de UHE's, provocando transformações espaciais e sociais aos trabalhadores, camponeses, indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, que experimentaram diferentes situações de exploração e ameaças da existência coletiva (PORTO-GONÇALVES, 2004). Tal forma de ocupação territorial fomentou o movimento de (re)existência, referenciado por Mendonça (2010), que entende a (Re)existência como um processo de permanência dos povos, através de ações coletivas planejadas ou não, garantindo a resistência, a manutenção da cultura, existência e condições de sobrevivência.

A passagem anterior elucida o sentimento das perdas sofridas pelas comunidades tradicionais, que seduzidas pela narrativa de desenvolvimento e acesso aos direitos básicos, como a água e energia, meios de transporte, construção de estradas e aeroportos, conseguiram manipular o povo e de maneira impositiva, transformou os recursos naturais e humanos em mercadoria, culminando em situações degradantes, desiguais e desumanas (SIQUEIRA CAMPOS, 2016).

OS POVOS DA FLORESTA COM A IMPLANTAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E UHE's

A ocupação do território amapaense, uma cidade da floresta, foi marcada pelos interesses das elites capitalistas (empresas estrangeiras), que buscavam explorar desmedidamente os recursos naturais através da introdução de técnicas e tecnologias, sem planejamento adequado ao espaço habitado pelo processo migratório desordenado, motivando a criação de novos territórios e a mudança não apenas na paisagem considerada de risco, mas do modo de vida dos moradores (PORTO, 2014).

Assim aconteceu no município de Laranjal do Jari, conhecido como paraíso das águas, que foi ocupado em 1967 pelo Grande Projeto Industrial Jari Celulose, cujo objetivo era explorar a celulose e proporcionar desenvolvimento para a região. Em relação ao surgimento do Beiradão, como é tratado pejorativamente o município de Laranjal do Jari, o discurso fora extremamente utópico, com dinâmicas territoriais distorcidas, precárias e problemáticas, que sofre as mazelas da ocupação desordenada de uma área de risco às margens do rio Jari. Atualmente tem área territorial de 30.782,998, é o terceiro mais populoso do município do Amapá, com 46.639 habitantes, apresentando baixa densidade

| Karoline Fernandes Siqueira Campos | Marcelo Rodrigues Mendonça | Vinícius Batista Campos |

demográfica de 1,29 hab/km² e índices alarmantes de falta de saneamento, energia, água encanada, ruas sem pavimentação e criminalidade (IBGE 2016).

Dentre os entraves de crescimento e desenvolvimento do Amapá, a deficiência energética ocupava posição de destaque, pois contava apenas com as usinas termoelétricas da Central de Santana, Usina Hidrelétrica do Paredão no Rio Araguari - Coaracy Nunes e as unidades geradoras nos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque, conforme tabela 01, impedindo, inclusive, da interligação ao chamado Sistema Elétrico Interligado Nacional – SIN (ELETRONORTE, 2006). Mas em 2011, através do Governo Federal e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) instituído em 2009, iniciou o processo da construção de Usina Hidrelétrica na bacia do Rio Jari (BRASIL, 2008).

Tabela 01 – Dados da capacidade energética do Amapá

Usina	Potência (kW) Outorgada	Destino da Energia	Proprietário	Município
Calçoene	1.296	Serviço Público	100% para Companhia de Eletricidade do Amapá	Calçoene – AP
Coaracy Nunes	76.952	Serviço Público	100% para Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	Ferreira Gomes – AP Macapá – AP
Laranjal do Jari	8.675	Serviço Público	100% para Companhia de Eletricidade do Amapá	Laranjal do Jari – AP
Lourenço	720	Serviço Público	100% para Companhia de Eletricidade do Amapá	Calçoene – AP
Santo Antônio do Jari	373.400	APE	100% para ECE Participações S.A.	Almeirim – PA Laranjal do Jari – AP
Santana	178.100	Serviço Público	100% para Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.	Santana – AP
Oiapoque	8.250	Serviço Público	100% para Companhia de Eletricidade do Amapá	Oiapoque – AP
Serra do Navio	21.600	Produção Independente	100% para Amapari Energia S.A.	Serra do Navio – AP
DTCEA 0I	128	Registro	-	Oiapoque – AP
DTCEA – MQ	528	Registro	-	Macapá – AP
Flórida Clean Power do Amapá	1.700	Registro	100% para Flórida Clean Power do Amapá Ltda	Macapá – AP
Ferreira Gomes	252.000	Produção Independente	100% para Ferreira Gomes Energia S.A	Ferreira Gomes – AP
Amapá Garden Shopping	4.600	Registro	100% para Amapá Garden Shopping S.A.	Macapá – AP

Fonte: Banco de dados da ANEEL (2015).

É necessário destacar que a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari vinha sendo estudada desde 1973 e após incansáveis 38 anos de planejamento, no dia 14/12/2011, na Câmara dos Vereadores do município de Laranjal do Jari, através do Consórcio Holding EDP (Energias de Portugal), empresa do ramo de geração e distribuição de energia, que ganhara o direito da construção, foi realizada a divulgação oficial das Licenças Ambientais LP. N° 337/2009 de 08/12/2009 e LI. N° 798/2011 de 03/06/2010 concedidas pelo IBAMA. Foi sinalizado em discurso público a finalidade da UHE para a produção de 300 Mega Watts de energia e geração de empregos como impacto positivo, assumindo ainda o cumprimento de todas as exigências legais e as medidas de compensação previstas no EIA e RIMA para as comunidades tradicionais da Padaria e Iratapuru (EDP, 2010).

TERRITÓRIO (DES)CONHECIDO DA UHE DE SANTO ANTÔNIO DO JARI E OS EFEITOS NA COMUNIDADE TRADICIONAL DO IRATAPURU

A implantação de um Grande Projeto traz consigo repercussões previstas, ações compensatórias para as alterações de regiões atingidas, no caso da região Sul do Amapá, dentre essas mudanças com a implantação da UHE de Santo Antônio do Jari, foi preciso remanejar famílias tradicionais das comunidades da Padaria e Iratapuru, para um novo território. Seguindo este contexto e com base em Haesbaert (2006), o território exige uma compreensão indissociável entre cultura e identidade, para assim analisar os espaços das relações de poder, da política e das manifestações diárias, não sendo bastante visualizável unilateralmente, pois segue uma forma integrada e integradora.

Partindo desta premissa de análise, o espaço então é híbrido e tem suas relações identificadas na identidade e no pertencimento do lugar. Araújo (2007) esclarece que a identidade é um agrupamento daquilo que é igual, que é reconhecido como comum, da territorialidade que identifica o espaço-cultura e a comunidade, aonde são construídas as relações de poder, com hábitos e costumes materializados nas expressões do povo, com sensações de aconchego, de lar.

A comunidade tradicional do Iratapuru, construída a partir da chegada de moradores do território da RDSI, formada principalmente por famílias descendentes de migrantes nordestinos, atraídos pela exploração da castanha no início do século XX, fundada oficialmente em 1991, possuem fortes relações de parentesco e sempre mantiveram tradições, ritos e relação direta com a floresta e o rio, podendo ser observado na Figura 01.



Figura 01 – Território Habitado e proximidade da floresta e do rio
Fonte: Acervo da Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU).

Com a ocupação territorial da UHE de Santo Antônio do Jari, muitas transformações ocorreram nas dinâmicas espaciais da fauna e flora (Figura 02a) e contribuíram para alterações nas relações dos moradores da comunidade tradicional do Iratapuru com a natureza, com as atividades produtivas e extrativistas, com o rio. Na Figura 02b, observa-se a mudança do curso d'água com a barragem, que provocou inundações precoces nas antigas moradias, que localizavam-se às margens do rio e nas novas moradias após o remanejamento, em decorrência dos altos índices pluviométricos, que não foram previstos no EIA e RIMA do empreendimento e que causou grandes transtornos e perdas materiais aos atingidos.



Figura 02a – Alteração na fauna e flora



Figura 02b – Mudança do curso d'água

Fonte: Acervo da Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU).

| Karoline Fernandes Siqueira Campos | Marcelo Rodrigues Mendonça | Vinícius Batista Campos |

Massei (2007) trata das interferências sobre o meio natural com a introdução de grandes empreendimentos na Amazônia, e ressalta que os interesses do homem são sobrepostos pelo interesse capitalista, ocasionando impactos socioeconômicos e ambientais aos que provavelmente nem serão mitigados. Para a Empresa de Pesquisa Energética (2007), os maiores beneficiados com acesso à energia elétrica produzidas nas UHE's, não são os atingidos, estes nem sequer são contemplados com as tecnologias implantadas em todo o processo e são ignorados quanto às oportunidades de se tornarem autossustentáveis e dominarem seus territórios.

Os resultados dos desequilíbrios pela inundação dos espaços habitados provaram o remanejamento compulsório e a criação de novas formas de apropriação do espaço. As famílias do Iratapuru que deveriam ser as principais personagens do processo de reconstrução do território, não foram consultadas quanto aos seus interesses, necessidades, significados, história, identidade e a recriação das territorialidades, sendo obrigadas a deixar seus lares, suas atividades, suas terras, suas vidas e ir para um território imposto e (des)conhecido. Para Sigaud (1996), essa nova organização social imposta pelos empreendedores é o primeiro sinal da destruição da organização histórico-cultural local.

O remanejamento das famílias não representou apenas uma mudança do espaço físico e estrutural (casas), as novas moradias (Figura 03) no território (des)conhecido mudou a percepção dos moradores quanto às relações com a natureza, com o ambiente de vivência, e para muitos o novo território não os representa, não possui história e todas as experiências da tradição ou cultural estão calcadas nas lembranças, que já parecem remotas e sem expressão. Para Hall (2003), tanto a identidade, quanto a cultura são eminentemente uma questão histórica e os sujeitos que estão em um lugar hoje e pertenciam originalmente a outro, podem perder a constituição da continuidade com o passado.



Figura 03 – Território (des)conhecido – Novas moradias / Fonte: Vinícius Campos.

| Karoline Fernandes Siqueira Campos | Marcelo Rodrigues Mendonça | Vinícius Batista Campos |

Das pessoas entrevistadas, 97% comentam que a (des)construção do antigo território “casas”, foi responsável pela alteração na sensação de pertencimento do espaço habitado, gerando a “morte” do rio e da segurança alimentar das famílias, que tinham a pesca como subsistência e a água em abundância na porta de suas casas, para tomar banho, lavar roupa e louças e plantar no terreno do lado; para eles tudo era mais fácil nas proximidades do rio, e sem essa relação direta, muitos moradores perderam suas identidades ribeirinhas e tem a água como um problema e não mais como solução, sentem saudade de ouvir o rio.

Nos relatos das entrevistas, os efeitos da UHE de Santo Antônio do Jari não se restringiram apenas às modificações estruturais, mas as relações de vizinhança e parentesco não foram respeitadas na reorganização do novo território, perdendo assim os laços, as memórias individuais e coletivas, a práticas dos ritos, a manutenção da história e a representatividade do povo, e afirmam que sentem-se perdidos neste novo; o autor Silva (2007) reforça o que as narrativas descontentes dos entrevistados, ao mencionar que a mobilidade permite a criação de novos lugares, mas esse processo de transformação, não substitui o significado do lugar que eles viveram e tem suas raízes.

Dentro dos depoimentos coletados na pesquisa, ficou evidente que o novo território foi a execução fiel do previsto no EIA e RIMA, nos relatórios técnicos e nas plantas baixas dos engenheiros. Foram apenas esses documentos “papéis” que nortearam a construção das casas, não levando em consideração as relações identitárias, culturais e sociais. Nas falas angustiadas, muitos moradores disseram que a maior preocupação dos empreendedores era com o patrimônio material e não com o patrimônio histórico do povo.

Os entrevistados conseguem retratar todas as etapas e as solicitações que não foram atendidas: o descumprimento da entrega da vila que estava prevista para 24/12/2011 e efetivamente só foi entregue 20/03/2014; a seleção dos terrenos não seguiu a organização do antigo território; a infraestrutura das novas casas não comportava a quantidade de pessoas das famílias; o tamanho da caixa d’água que era pequena e não daria o suporte adequado; os reparos de rachaduras, entupimento e goteiras; o alagamento do campo de futebol e da rua (Figuras 04a e 4b);



Figura 04a – Campo de futebol alagado

Figura 04b – Alagamento da rua

Fonte: Vinícius Campos.

Além das situações expostas acima, outras concessões mitigatórias a exemplo do fornecimento de energia 24h, água encanada, saneamento básico, construção de escola, área de convivência e lazer, igreja, alojamentos e reestruturação das instalações da Cooperativa, foram parcialmente concluídas. Hoje é um fardo para os moradores que não conseguem resolver as pendências e têm que, cotidianamente, recordar com saudosismo e afetividade a vida que tinham e que lhes foi roubada pelos “intrusos”, como popularmente chamam os responsáveis pelo empreendimento e tudo que trouxeram com a construção da UHE de Santo Antônio do Jari. De acordo com Almeida (2005), essas repercussões são observadas pelas pessoas com base nos valores do lugar e das relações de vida com o espaço vivido, e assim entendem e organizam-se, imprimindo suas convicções.

É importante frisar que todas as narrativas realizadas nas entrevistas foram enriquecidas pela cartografia social (Figura 05), que ao minuciosamente serem descritas e contadas pelos moradores, fomentava o resgate de um território que não existe mais fisicamente, entretanto segue vivo nas lembranças, nas festas, nas trajetórias, nas lutas, nas memórias, nas marcas físicas de um povo que mesmo sem direitos, não silencia para perpetuar a sua história. E, nesta linha de entendimento, Santos (1997) enfatiza que as pessoas e os grupos sociais têm o direito a serem iguais, mesmo quando a diferença os inferioriza, e o direito a serem diferentes, quando a igualdade os descaracteriza.



Figura 05 – Atividade de cartografia social com crianças da comunidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o conjunto de dados apresentados, pode-se considerar que a implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari seguiu as mesmas tramas dos grandes empreendimentos instalados na Amazônia, causando, em comunidades da área ou do entorno de sua obra, interferências nas atividades econômicas, ambientais e sociais.

No caso deste empreendimento, o processo mitigatório do EIA e RIMA reorganizou as representações espaciais do território vivido e habitado da comunidade tradicional do Iratapuru, provocando nos moradores sentimentos de: insegurança, desconfiança, ressentimento e insatisfação com o novo território, que, além de alterar o uso dos recursos naturais, as dinâmicas produtivas, refletiu desastrosamente nas coisas mais simples da vida pregressa e peculiares da localidade.

Este território (des)conhecido gerou ainda efeitos irreparáveis nos aspectos culturais e tradicionais, alterando o modo de vida, a prática dos ritos e saberes, os significados históricos, forçando esta comunidade a (re)existir às novas margens introduzidas, não as do Rio Jari, mas a do mundo desigual, que veem o povo da floresta como mercadoria lucrativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. de. **(Re)Criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

ALMEIDA, M. G. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista ANPEGE**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 103-114, 2005.

ARAÚJO, F. G. B. “Identidade” e “Território” enquanto simulacros discursivos. In: HAESBAERT, R. (Org.). **Identidades e territórios: questão de olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acces, 2007. p. 13-32.

BECKER, B. K. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; OSÓRIO, L. O. (Org.). **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990. p. 15-25.

BRASIL – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2008/2017**. Rio de Janeiro: MME/EPE, 2008.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL - ELETRONORTE. **Plano de Atendimento de Energia Elétrica. 2007 – 2016**. Brasília: Eletronorte, 2006.

ENERGÉTICA - EPE. **Plano Nacional de Energia - 2030**. Brasília: MME/EPE, 2007.

FARIA, I. D. **O paradoxo “EIA/RIMA”**: a democratização da informação ambiental nos processos de tomada de decisão no planejamento ambiental no Brasil. 2004. 120 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2004.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Cap. 3.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: UNESCO/Brasil, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2016**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 jun. 2017.

LINS, C. **Jari: 70 anos de história**. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

KARPINSKI, C. Hidrelétricas e Legislação Ambiental Brasileira nas décadas de 1980-90. **Revista Percursos**, Florianópolis, v. 09, n. 02, p. 71-84, 2008.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

| Karoline Fernandes Siqueira Campos | Marcelo Rodrigues Mendonça | Vinícius Batista Campos |

MASSEI, R. **A construção da hidrelétrica Barra Bonita e a relação homem-natureza: vozes dissonantes, interesses contraditórios (1940 – 1970)**. 2007. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

MULLER, A. C. **Hidrelétricas, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1996.

PINTO, L. Hidrelétricas na Amazônia: predestinação, fatalidade ou engodo?. **Jornal Pessoal**, Belém, 25 jun. 2002.

PORTO-GONÇAVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO, J. L. R. **Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)**. 2014. 200 f. Tese (Pós-doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, B. **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. (Coleção Milton Santos).

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, R. G. S. **Reminiscências simbólico-afetivas do território alagado e as novas identidades territoriais no Assentamento Olhos D'água em Uberlândia (MG): os atingidos pelas barragens do Complexo Energético Amador Aguiar**. 2011. 100 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SIQUEIRA CAMPOS, K. F. **Novas dinâmicas territoriais da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio no vale do Jari: a desconstrução do uso do território e de produtos na RDS do Iratapuru/AP**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

TRINDADE JR., S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbano diversidade na Amazônia brasileira. In: LIMONAD, Ester; CASTRO,

Edna (Org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 273-294.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.